Ministra Rosa Weber reafirma vigilância e resiliência do STF na guarda da Constituição

A Corte iniciou o semestre com julgamento de ações importantes, como a que questiona a aplicação da tese da legítima defesa da honra aos crimes de feminicídio.

01/08/2023 16h30 - Atualizado há



A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, abriu nesta terça-feira (1º) a primeira sessão plenária do segundo semestre reafirmando o compromisso da Corte com a defesa intransigente da democracia e da Constituição. Ao reiterar que os ataques de 8 de janeiro não serão esquecidos e que a democracia brasileira continua inabalada, a ministra anunciou a conclusão da reforma do edifício-sede, com a troca do carpete do Pleno.

Para Rosa Weber, este semestre tem significado especial, em razão da proximidade do fim de sua carreira na magistratura, após 47 anos de dedicação, quase 12 deles no STF. A presidente relatou as importantes ações institucionais desenvolvidas durante o recesso de julho, como o lançamento da primeira Constituição brasileira em língua indígena – o Nheengatu, conhecida como Língua Geral Amazônica - e a retomada dos mutirões carcerários.

Na última semana, a ministra visitou presídios em cinco estados, como parte do Mutirão Processual Penal de 2023, em atuação conjunta com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no âmbito do Programa Fazendo Justiça. A meta é revisar 100 mil processos entre julho e agosto em todo país. O cumprimento de uma extensa agenda fora de Brasília não comprometeu a prestação jurisdicional da Corte: no recesso de julho, ela e o vice-presidente, ministro Luís Roberto Barroso, proferiram 3.082 despachos e decisões.

Novo Plenário Virtual

Ainda na abertura da primeira sessão plenária do semestre, a ministra anunciou mudanças no Plenário Virtual, integrado ao STF Digital, com novas funcionalidades para otimizar o processo decisório. O novo sistema entrará em produção para as sessões inaugurais das Turmas e do Plenário que ocorrerão de 25/8 a 1º/9. A partir daí, a transição será gradual, com o aumento do número de processos pautados, de modo a garantir a substituição segura do sistema.

Leia a íntegra do discurso da presidente do STF.

VP//CF

PRONUNCIAMENTO DA MINISTRA ROSA WEBER, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO SEGUNDO SEMESTRE JUDICIÁRIO DE 2023 – 1º DE AGOSTO DE 2023

Uma boa tarde a todas e todos.

Declaro aberta a 22ª Sessão Extraordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Neste primeiro de agosto de 2023, dando início ao segundo semestre deste ano judiciário, cumprimento meus queridos colegas, ministro Gilmar Mendes – nosso decano, ministra Cármen Lúcia, ministro Dias Toffoli, ministro Luiz Fux, ministro Luís Roberto Barroso – nosso vice-presidente, ministro Luiz Edson Fachin, ministro Alexandre de Moraes, ministro Nunes Marques, ministro André Mendonça e cumprimento sempre nossos ministros de ontem e de sempre. É uma alegria e uma honra estar aqui com Vossas Excelências. Cumprimento também o senhor Procurador-

Geral da República, doutor Augusto Aras, os advogados, as advogadas, os servidores, as servidoras, os profissionais de imprensa e todos os que se encontram presentes e aos que nos assistem de forma remota.

Desejo que tenhamos todos recobrado as forças para enfrentarmos os desafios desse segundo semestre em que o Supremo Tribunal Federal, sereno, unido e altaneiro, dá continuidade, de forma colegiada à missão institucional precípua que lhe comete a Constituição cidadã de 1988, de guarda das normas constitucionais e, sempre, na defesa intransigente do Estado Democrático de Direito.

Não me canso de repetir que as instituições sobrepairam aos indivíduos que as compõem, elas é que importam. E as instituições democráticas brasileiras saíram fortalecidas do dia 8 de janeiro último, o Dia da Infâmia, de que não esqueceremos, jamais, para que não mais se repita e para que sirva de alerta, de que a democracia, que restou inabalada, seja cultivada e regada diariamente com o

diálogo, o debate acalorado de ideias, sim, a defesa de posições divergentes, sim, mas sempre permeados pelo respeito mútuo para que ela, democracia, continue inabalada.

Esta retomada de trabalhos do segundo período do ano judiciário de 2023, tem, para mim, permitam-me dizê-lo, um sentido, um sabor especial: depois de 47 anos de magistratura – quase 12 deles no exercício da jurisdição constitucional nesta Suprema Corte , uma honra inexcedível que guardo no peito –, encerrarei, em meio a este semestre, um longo caminho que comecei a trilhar no meu Rio Grande do Sul, em 19 de maio de 1976, tendo presente, sempre, os versos de Antônio Machado, o inspirado poeta espanhol, quando diz: "Caminhante, o caminho se faz ao caminhar". Versos que ecoam na poesia do nosso Mário Quintana quando lembra que "São os passos que fazem o caminho". E não posso esquecer que o caminho a de ser trilhado até o fim, quando o novo círculo se inicia. É o que celebra Hermann Hesse no seu poema tão conhecido, Degraus.

Por isso, peço licença para reiterar, mais uma vez, meu compromisso com a defesa diuturna e intransigente da integridade do regime democrático e da jurisdição constitucional, que abracei como profissão de fé em minha carreira e que adotei como o norte dessa gestão e também para reafirmar forte na reverência incondicional autoridade da Constituição da República ao dogma da separação de poderes e integridade dos direitos fundamentais, para reafirmar, repito, a resiliência do Poder Judiciário no cumprimento da sua função institucional na conformação do caráter dinâmico do Estado Democrático de Direito em constante aperfeiçoamento.

E foi com os olhos postos nos compromissos civilizatórios da nossa Constituição, na construção de uma sociedade alicerçada em valores democráticos, em que a cultura da paz consagre o pluralismo de ideias, o respeito às diferenças e a atenção ao bem comum, como pilares fundamentais para o avanço social e econômico do País

rumo a uma sociedade mais solidária, justa e inclusiva, que lancei, no último dia 19 de julho, a primeira tradução da constituição brasileira para uma língua indígena, o Nheengatu – o Tupi moderno – conhecida como a Língua Geral da Amazônia.

O lançamento ocorreu na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, no Amazonas, reconhecidamente o município mais indígena do Brasil. E tive a alegria de vê-lo saudado pelo sociólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo, José de Souza Martins, como, em suas palavras, em artigos publicado a poucos dias na imprensa, "o primeiro grande ato oficial de reconhecimento cultural da identidade do importante grupo linguístico cuja língua foi a língua brasileira até 1727", quando proibida e instituído o Português.

Contei para a realização deste projeto, como braço executor, com a nossa equipe do DMF, do Conselho Nacional de Justiça, liderada pelo juiz Luís Geraldo Lanfredi, e ainda

com a parceria preciosa do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, tudo sobre a orientação segura do professor Marco Lucchesi, presidente da Fundação Biblioteca Nacional e membro da Academia Brasileira de Letras – a quem renovo meus agradecimentos.

Como eu disse na ocasião, traduzir a Constituição para um idioma indígena é um símbolo do nosso compromisso de garantir que todos os povos indígenas tenham acesso à Justiça e conhecimento das leis que regem nosso País, fortalecendo sua participação na vida política, social, econômica e jurídica.

Na década internacional das línguas indígenas, iniciada em 2022 e instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e de forma alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – relativo a paz, justiça e instituições eficazes –, trata-se de importante passo para o cumprimento do objetivo de promover sociedades pacíficas e inclusivas, ampliando o acesso à Justiça e construindo

instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. E, para além disso, é uma manifestação do compromisso do Supremo Tribunal Federal e de todo o Poder Judiciário brasileiro com a guarda da Constituição com a defesa da democracia, com a promoção dos direitos humanos e com a construção de um País mais justo e igualitário.

Ainda focando os grupos vulneráveis e invisibilizados, promovemos também, agora em julho, à frente do CNJ, e tendo presente a liminar concedida por este Supremo Tribunal Federal na ADPF 347 – então na relatoria do ministro Marco Aurélio, cujo mérito agora redistribuída a ação ao ministro Luís Roberto Barroso, será submetido a julgamento por esse Plenário, em breve –, a retomada pelos 27 Tribunais de Justiça e os seis Tribunais Regionais Federais do País, dos mutirões carcerários, em novo formato, proporcionado pelo avanço tecnológico dos últimos tempos. Percorri, nas últimas semanas, cinco capitais brasileiras, a dos estados do Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, com visita a diversas unidades

prisionais e proposta de revisão de 100 mil processos entre os meses de julho e agosto em todas as unidades da federação.

Este projeto, relembro, foi uma exitosa iniciativa do nosso decano, ministro Gilmar Mendes, quando presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2008, e se prolongou até 2014, período em que foram revisados e solucionados 400 mil processos. E que está sendo agora retomado com o objetivo de garantir o cumprimento da legislação e da jurisprudência consolidada, possibilitando desafogar as unidades prisionais do País, bem assim garantir os direitos fundamentais na área prisional.

Trata-se de iniciativa essencial para conferir voz e rosto aos que estão privados de liberdade, a conclamar o Poder Judiciário ao fomento de uma cultura de atuação judicial efetiva, que pressupõe o cumprimento intransigente da Constituição da República, da Lei de Execução Penal, dos precedentes vinculantes das Cortes Superiores e dos tratados

internacionais. Em São Félix do Xingu (PA), também em julho, acompanhei um dia de nosso projeto de justiça itinerante e cooperativa na Amazônia Legal, levando atendimento à população ribeirinha em parceria com as demais instituições do sistema de justiça, nos âmbitos federal e estadual, como Ministério Público, a Defensoria Pública e, ainda, em parceria com o Poder Executivo.

Visitei igualmente, na região metropolitana de Salvador (BA), no Município de Lauro de Freitas, o quilombo Quingoma, que remonta ao século XVI, e conta com uma população atual de 3.500 pessoas e foi reconhecido, em março último, pelo rei da Nigéria, como território iorubá. Lá, conheci a realidade, agruras e sofrimento de diversas comunidades quilombolas, relatadas pelas respectivas lideranças que para lá se deslocaram, e que lutam pelo reconhecimento dos direitos de posse, propriedade e titulação dos territórios tradicionais. Criei grupo de trabalho no CNJ para estudos e propostas, visando a melhoria da atuação do Poder Judiciário no processamento de ações judiciais a respeito.

Registro, por fim, a visita a cripta de Rui Barbosa, no Tribunal de Justiça da Bahia, como um momento de enorme emoção, considerando o papel fundamental de Rui Barbosa na história dessa Suprema Corte, que exaltamos em nossa sessão solene de 1º de março último, quando do centenário do seu falecimento. E a simbologia de que hoje se reveste o seu busto vilipendiado no último dia 8 de janeiro, no rol desse prédio histórico do Supremo Tribunal Federal.

Feitos esses registros e lembrando a troca, agora em julho, do carpete deste Plenário, completando a reconstrução desta sede, covardemente invadida e atacada no Dia da Infâmia, quero ainda, de público, manifestar carinhoso agradecimento ao querido ministro Luís Roberto Barroso, por ter compartilhado comigo, na condição de vice-presidente, o plantão judiciário no mês de julho, em que proferimos, juntos, 3.082 despachos e decisões. O Supremo Tribunal Federal não para.

Finalizo, noticiando que disponibilizaremos, ainda neste mês de agosto, o novo Plenário Virtual integrado ao STF digital, um dos projetos da nossa gestão, agora concluído, que trará funcionalidades para otimizar o processo decisório dessa Corte. O novo sistema entrará em produção para sessões inaugurais das Turmas e do Plenário, que ocorrerão de 25 de agosto a 1º de setembro. A partir daí, a transição seguirá de forma gradual, com o aumento paulatino do número de processos pautados no novo Plenário Virtual, de modo a garantir a substituição segura do sistema.

Eminente ministra Cármen Lúcia, eminentes ministros, senhoras e senhores, nessa atual conjuntura histórica, em que a consternação e a esperança se mesclam a cada dia, e buscando alicerçar nossa atuação nos princípios informadores da nossa Constituição da República, quase a completar seus 35 anos, reafirmo que este Supremo Tribunal Federal segue firme, vigilante e resiliente na guarda da nossa Lei Fundamental e na defesa do Estado Democrático de Direito que ela consagra.

Saúdo novamente a todos e todos, com votos efusivos de um excelente semestre e de profícuo trabalho em prol da sociedade brasileira.